

Desafios da Comunidade Brasileira no Japão

Yoshico Mori **Introdução**

Este texto visa apresentar a Conferência dos Brasileiros no Mundo, a realidade da comunidade brasileira no Japão. Para isto, será feita uma breve explicação do surgimento dos dekasseguis, da situação do trabalhador, das crianças brasileiras e da atuação da NPO SABJA em relação aos brasileiros e em especial a população infante - juvenil.

1. O Fenômeno dos Dekasseguis

Por motivos similares, a mesma trajetória feita pelos japoneses há um século, está sendo feita pelos seus descendentes em retorno ao Japão. Há cem anos o Brasil necessitou de mão-de-obra para manter a economia e a política do café. Naquela época a situação econômica do Japão não estava passando por uma boa fase e os japoneses tiveram que buscar a subsistência no exterior.

Em 1895, Brasil e Japão assinaram o tratado de Amizade, Comércio e Navegação que estabeleceu as condições necessárias à promoção da corrente migratória. Também naquela ocasião, existiam instituições parecidas com as empreiteiras atuais e que nem sempre eram honestas.

O Brasil era anunciado no Japão como o “Eldorado” onde se colhiam grãos de ouro e de onde voltariam em breve, ricos trazendo o necessário para melhorar a qualidade de vida deles e de suas famílias.

Muitos anos depois, a situação se inverteu. Enquanto a economia japonesa continuou crescendo na década de 80 .depois de resistir a dois choques do petróleo na década anterior, no Brasil a história neste período foi diferente. O choque do petróleo, aliado ao endividamento externo e à elevação da taxa de inflação brasileira, conduziram o país a uma prolongada crise econômica interna, obrigando o brasileiro a buscar oportunidades de vida e emprego em outros países, processo que se tornou mais notório a partir de meados da década de 80.

Em 1985, foi feita a primeira publicação de anúncio em um jornal japonês no Brasil oferecendo oportunidade de emprego no Japão. As condições eram tentadoras, em um dia de trabalho, seria possível receber um salário correspondente à renda

mensal dos trabalhadores no Brasil. As empreiteiras se multiplicaram, e o relacionamento delas com o trabalhador, mais que hoje, era pouco profissional e informal.

Uma pesquisa realizada por Naoto Higuchi (vide referências) divide a vinda dos nikkeis em 5 fases:

- **Primeira fase: 1980 ~1984**

Marcada pela volta dos japoneses que foram ao Brasil em busca de trabalho, deixando o país no pós-guerra. Eles começaram a voltar quando a situação econômica do Japão melhorou e muitos trouxeram esposas brasileiras ou hispano-americanas. Nesta época, as esposas sentiram as diferenças culturais entre os países.

- **Segunda fase: 1985 ~1989**

Nesta fase, as empresas japonesas descobriram o Brasil como reserva de mão-de-obra, o número de imigrantes aumentou, mas só era admitida a vinda de jovens descendentes na faixa dos 20 anos e sem a família. Vieram jovens cheios de esperanças, saúde e muita força de vontade. De cada três dekasseguis, dois tinham nível universitário. Os problemas que estes brasileiros enfrentaram foram sérios: contratos verbais, passaportes retidos, promessas não cumpridas, acidentes de trabalho, entre outros.

Não houve acordo bilateral entre as duas nações, o Japão não estava preparado para receber os imigrantes e o Brasil não estava preparado para enviar mão-de-obra ao exterior. Os jovens chegaram sem nenhum preparo, sem saber a língua, os costumes, nem mesmo o mínimo para poder expressar seus pensamentos, seus direitos e deveres.

- **Terceira fase: 1990 ~1992**

Nesta fase, a situação econômica no Brasil piorou bastante devido aos sucessivos planos econômicos frustrados e no Japão a falta de mão-de-obra fez com que a lei de controle de imigração fosse flexibilizada para permitir a entrada no país dos sanseis (terceira geração) com visto de trabalho. Começaram a vir ao Japão famílias com crianças e jovens, o que iniciou a questão de educação. O número de dekasseguis aumentou em 288% nesta época.

- **Quarta fase: 1993 ~1997**

Este foi o maior período de recessão no Japão, o que provocou uma desaceleração da vinda de brasileiros. A imigração só não foi interrompida, pois surgiu uma nova necessidade na economia, a força de trabalho demissível a qualquer momento. Os nikkeis tiveram que se adaptar a uma força de trabalho flexível e móvel, de rápida reação frente às frequentes variações na produção das empresas japonesas ao longo desta década.

- **Quinta fase: 1998 ~ atualmente**

Nesta época, acentuou-se novamente a vinda de sanseis com suas famílias. Notou-se também a diminuição da escolaridade dos imigrantes recém-chegados em relação aos primeiros imigrantes brasileiros. Em 2000, uma pesquisa realizada com 102 contratantes constatou que os principais motivos de contratação de estrangeiros eram: primeiro, a flutuação da produção, em seguida a maior mobilidade dos estrangeiros em terceiro, o trabalho mais barato e, por último, a dificuldade de contratação de japoneses.

2. Situação do Trabalhador Brasileiro

Em 2008 cerca de 320.000 brasileiros residiam no Japão formando o terceiro maior grupo de estrangeiros no país. Com a crise econômica mundial, que abalou profundamente o Japão, fala-se em retorno de aproximadamente 50.000 cidadãos. A permanência média dos brasileiros no Japão é de 10 anos. Neste número, não estão incluídos os brasileiros que se naturalizaram japoneses e os japoneses que cresceram no Brasil, cuja cultura e mentalidade são brasileiras. Hoje, cerca de 78.000 brasileiros possuem o visto permanente o que corresponde a 25% dos brasileiros no Japão. Muitos já compraram imóvel no país, o que mostra uma tendência de fixação permanente no Japão.

Além disto, a população infanto-juvenil educada em escola japonesa, pensa e age como japoneses. Estas crianças não falam o idioma português e muitas vezes, não se sentem confortáveis em relação a sua identidade brasileira. Sem um vínculo emocional consistente com o país de origem, torna-se difícil o retorno.

Cerca de 65% dos dekasseguis emigraram com a ajuda financeira das agências de recrutamento que trabalham em parceria com as empreiteiras que atuam no Japão, pois para conseguir o visto de trabalho é necessário obter a carta de garantia da empresa onde irá trabalhar.

Esta garantia e outras dificuldades relacionadas com o idioma, obtenção de documentos, aluguel de apartamento, entre outras, fazem com que o dekassegui crie uma forte dependência em relação à empreiteira.

Além disto, como os brasileiros são contratados pelas empreiteiras, eles possuem vínculo com as empreiteiras, mas não com a empresa em que trabalham, a falta de um vínculo empregatício estável está no centro de um conjunto de instabilidades no campo trabalhista, econômico e social.

Como fazem parte do que se chama “mão-de-obra descartável”, os trabalhadores não possuem estabilidade no emprego, dependem da produção das fábricas em que trabalham e são frequentemente obrigados a mudarem de região com a família. Estas mudanças constantes prejudicam a educação dos filhos e o relacionamento com vizinhos japoneses, criando pessoas e famílias sem raízes.

Outro problema diz respeito ao sistema de saúde e de previdência. Sabe-se que grande parte dos trabalhadores não estão inscritos no sistema previdenciário e provavelmente, não terão como garantir seu sustento quando não estiverem mais aptos para o mercado de trabalho. A questão da falta de previdência social, mais especificamente aposentadoria por tempo de serviço, deverá acarretar, num futuro bem próximo, sérios problemas para o Japão e para o Brasil. Em caso de doença o brasileiro também acaba sendo prejudicado, pois como não podem trabalhar, não recebem e tem gastos relacionados a saúde, não têm a quem recorrer para garantir a saúde e a receita familiar.

3. Situação das Crianças Brasileiras

Segundo dados estatísticos de 2007, as crianças brasileiras entre 0 a 14 anos representam 15,7% da sua população. Não se tem dados exatos de quantas crianças freqüentam as escolas públicas e privadas, mas podemos dizer que, das 22.413 crianças estrangeiras que necessitam de assistência

na língua japonesa, 38,5% são brasileiras (dados do Ministério da Educação e Ciência do Japão).

Tipicamente, as crianças que estão matriculadas nas escolas para brasileiros são crianças que não se adaptaram ao sistema educacional japonês ou cujos pais têm uma meta segura de retorno ao Brasil.

Não se sabe ao certo qual o número de crianças que não frequentam escola, Considerando os números estatísticos de crianças que frequentam escolas japonesas e brasileiras existe uma incongruência muito grande, isto porque não se sabe ao certo o número de brasileiros que frequentam as escolas japonesas, porque o Ministério da Educação do Japão não considera que as crianças que dominam a língua japonesa alunos especiais, existe muita rotatividade nas escolas brasileiras e não existem estatísticas sobre as pequenas escolas.

Os problemas com o idioma e com a cultura podem provocar dificuldades no aproveitamento escolar que, por sua vez, aliadas ao “bullying” podem resultar em vários casos de evasão escolar. Muitos dos jovens brasileiros que estão na escola japonesa têm vergonha de serem brasileiros, esquecem o português e não conseguem se comunicar adequadamente com os pais.

Já as dificuldades das crianças nas escolas brasileiras são de outra natureza. Nas intervenções realizadas pela NPO SABJA nestas escolas, notou-se uma alta rotatividade dos alunos matriculados provocada por mudanças de emprego dos pais, abandono escolar devido à dificuldade financeira familiar e evasão escolar dos alunos de ensino médio devido ao ingresso precoce no mercado de trabalho. Os problemas aqui apresentados muitas vezes podem ser a causa das dificuldades dessas crianças em poderem ter um desenvolvimento escolar contínuo. Em qualquer um dos casos, as dificuldades de aprendizagem, de comunicação com a família e a evasão escolar podem resultar em jovens que não conseguem se comunicar bem em nenhum dos dois idiomas, tendo a capacidade de abstração e a formação da inteligência prejudicada.

Por isto, muitas destas crianças não têm auto-estima e acabam vivendo sem sonhos, sem esperanças e na apatia por não terem um objetivo para se

esforçar. Ou, muitas vezes, acabam cometendo crimes ou atitudes de delinquência, pois sentem que não têm mais nada a perder.

4. Atuação da NPO SABJA

O principal termômetro para a NPO SABJA detectar os problemas que estão ocorrendo com a comunidade são os telefonemas recebidos pelo Disk-SABJA. A seguir estão os dados do período de outubro de 2006 a março de 2009 num total 3.261 ligações.

		%
1. Documentação	191	5,9
2. Imigração	130	4,0
3. Trabalhista	709	21,7
4. Seguro Saúde	132	4,0
5. Saúde física e psíquico-emocional	481	14,8
6. Problemas familiares	256	7,9
7. Educação	121	3,7
8. Problemas Legais	288	8,8
9. Impostos	35	1,1
10. Direitos do Consumidor	43	1,3
11. Projetos SABJA	263	8,1
12. Religião	48	1,5
13. Violência doméstica	28	0,9
14. Tradução	93	2,9
15. Problemas de menores	33	1,0
16. Outros	410	12,6
Total	3261	100,0

No ano 2000, percebemos pelos telefonemas que a criminalidade infanto-juvenil era grande e ocupava o primeiro lugar nas estatísticas japonesas ultrapassando as outras nacionalidades. Pensando em como trabalhar para diminuir este índice, foi aplicado um questionário nas cidades de Oizumi e Ota, na província de Gunma, em que foram obtidas cerca de

100 respostas. A maioria dos jovens disseram que queriam um espaço para brincar e conversar, já que eram dispersados pela polícia quando estavam em local público.

Pensamos nas opções de esporte, arte e música, mas não sabendo como atingir os jovens, procuramos as escolas brasileiras e criamos o projeto Festival da Juventude. Um espaço para que as crianças, ao conhecerem a própria cultura, pudessem sentir orgulho da sua nacionalidade e conseguisse resolver o problema da identidade, pois só amando a própria cultura é possível respeitar a cultura alheia.

Foi através do atendimento telefônico que soubemos da existência de dependentes químicos, e para ajudá-los estagiamos no DARC de Yokohama durante 3 anos.

Assim, quando em 2002 realizamos o primeiro Festival da Juventude em Gunma, tivemos a participação de outras nacionalidades, inclusive japoneses e do DARC que participaram tocando tambores de Okinawa e deram seus testemunho de vida.

Para nossa surpresa quando estávamos preparando o II Festival da Juventude o delegado de polícia de Maebashi nos procurou dizendo que após a nossa atuação em Oizumi e Ota não houve nenhuma detenção de jovens brasileiros. Até o prefeito de Oizumi que inicialmente tinha uma posição contrária a permanência de brasileiros na cidade, compareceu no II Festival da Juventude, elogiou o evento e os resultados obtidos no ano anterior.

5. Por um Futuro Melhor

Existe uma tendência dos meios de comunicação de enfatizar os eventos negativos que ocorrem na comunidade. Por um lado, os jornais e as redes de televisão cumprem seu papel como transmissores de fatos, de versões da realidade. Contudo, é preciso ter consciência de que os excessos não têm contribuído para nenhuma melhoria social.

É importante que os aspectos positivos sejam mencionados e analisados, pois eles serão precursores de novos movimentos positivos quando postos em público e, certamente, incentivarão a sociedade e a classe política de

ambos os países a construir uma sociedade mais tolerante a pessoas de diferentes matizes e vivências culturais o que resultará em benefício e enriquecimento para todos.

Os brasileiros e outros estrangeiros, vistos e tratados de uma forma equilibrada e justa, são e certamente serão peças-chave no desenvolvimento de uma sociedade mais dinâmica, tolerante e harmoniosa.

6. Necessidades Urgentes e para o Futuro

Cooperação em matéria de previdência

Como foi dito anteriormente, um grande número de brasileiros não estão inscritos no sistema previdenciário e, provavelmente, não terão como garantir seu sustento quando não estiverem mais aptos para o mercado de trabalho.

Pedimos para que o Japão reconheça os anos depositados no Brasil e vice-versa. Em outubro de 2006 a Nippon Keidanren (associação da indústrias do Japão) apontou o Brasil como o terceiro país preferencial para que o Japão assine o acordo bilateral de previdência social. Atualmente o Brasil possui acordos desta natureza com a Espanha, Itália, Portugal, países do Mercosul, entre outros.

Se esta cooperação for assinada, evitará o aumento do número dos sem-tetos. São pessoas honestas que estão trabalhando, dando tudo de si para o Japão e para assegurar uma vida digna de um ser humano e não merecem terminar os seus dias em condição sub-humana.

Com este acordo as empresas brasileiras no Japão e as empresas japonesas com filial no Brasil não seriam oneradas com a dupla carga de contribuição previdenciária.

Seguro de saúde nacional

Estima-se que somente 60% dos brasileiros das províncias de Aichi, Shizuoka, Mie, Gifu e Gunma estão inscritos no seguro de saúde. Ou seja, 40% dos brasileiros destas regiões não possuem seguro de saúde.

O problema é bastante complexo: as empreiteiras não cumprem a lei da obrigatoriedade de inscrever seus funcionários no Shakai Hoken e algumas prefeituras dificultam que eles se inscrevam no Kokukim Kenko Hoken.

Alguns estão inscritos no seguro privado oferecido empreiteira(kaigai shougai hoken) e assim trabalham muitos anos, mas ao mudar de empreiteira ou de província, ao se inscreverem no Kokumin Kenko Hoken, existe a obrigatoriedade de pagamento retroativo.

Nosso pedido é que as empreiteiras cumpram as leis do país. Mas enquanto isto não acontece, pedimos a anistia para que os trabalhadores possam entrar no seguro de saúde, eliminando os pagamentos retroativos.

Cooperação em matéria civil

Pedimos que sejam estudados com carinho o problema da obrigatoriedade dos brasileiros que estão no Japão de pagar a pensão alimentícia aos filhos que estão no Brasil.

Entre 2002 e 2006 em torno de 800 pedidos de pagamento de pensão foram tramitados. Deste número, apenas 40% das solicitações foram atendidas.

Cooperação em matéria penal

A fim de agilizar o julgamento e condenação dos brasileiros que praticam crimes no Japão e fogem para o Brasil, pedimos o estudo de um acordo entre os dois países o que tornaria os processos mais rápidos, menos burocráticos e menos custosos.

A criminalidade é uma questão delicada, mas os erros de poucos não deveriam ,como acontece, afetar a credibilidade das outras pessoas que são honestas e trabalhadoras.

Educação

Pedimos a flexibilização das regras para que as escolas brasileiras se tornem *miscellaneous school* (kakushyu gakkou). Em 2008 existiam 120 escolas e creches brasileiras das quais 49 estão homologadas pelo MEC do Brasil e são reconhecidas no Japão como empresas. Estas escolas

possuíam 11.500 alunos. Em 2009 este número, devido a crise econômica foi reduzido em 40% e algumas escolas fecharam

As principais necessidades são:

- professores de japonês para os alunos das escolas brasileiras. Uma sugestão seria o oferecimento dos cursos de japonês nas escolas japonesas após o horário escolar. E as escolas brasileiras teriam a obrigação de levar as crianças para as aulas de japonês

-Que as crianças brasileiras tenham os mesmos benefícios das crianças japonesas

Referências

Costa, João Pedro (2007) De decasségui a emigrante, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasil.

Higuchi, Naoto (2006) Brazilian Migration to Japan – Trends Modalities and Impact.

Expert Group Meeting on International Migration and Development in Latin América and the Caribbean, United Nation Secretariat, UN/POP/EGM-MIG.